



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS 1921-2021 UMA ANTOLOGIA

SELECÇÃO,
INTRODUÇÃO
E PREÂMBULOS:
JOSÉ NEVES

TEXTOS:

JOSÉ PACHECO PEREIRA	VANESSA ALMEIDA	ANA MARGARIDA DE CARVALHO
ANTÓNIO PEDRO PITA	JOÃO MADEIRA	MARCO LISI
JOÃO ARSÉNIO NUNES	DAVID L. RABY	FRANCISCO LOUÇÃ
FERNANDO ROSAS	PAULA GODINHO	CARLOS GASPAR
ÁLVARO CUNHAL	MIGUEL CARDINA	ANA DRAGO

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXXI

Nesta edição, foi respeitada a opção ortográfica de cada autor.

© 2021, AA.VV.,
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/29/30
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

TÍTULO

Partido Comunista Português, 1921-2021:

Uma antologia

SELECÇÃO, INTRODUÇÃO E PRÉAMBULOS

José Neves

AUTORES:

José Pacheco Pereira

António Pedro Pita

João Arsénio Nunes

Fernando Rosas

Álvaro Cunhal

Vanessa Almeida

João Madeira

David L. Raby

Paula Godinho

Miguel Cardina

Ana Margarida de Carvalho

Marco Lisi

Francisco Louçã

Carlos Gaspar

Ana Drago

REVISÃO

Tinta-da-china

COMPOSIÇÃO

Tinta-da-china

CAPA

Tinta-da-china (V. Tavares)

1.ª edição: Março de 2021

ISBN: 978-989-671-595-3

Depósito Legal n.º 480183/21

Projectos FCT UIDB/04209/2020
e UIDP/04209/2020



ÍNDICE

INTRODUÇÃO: CEM ANOS DE VIDA, CINQUENTA ANOS DE HISTÓRIA [JOSÉ NEVES]	7
Questões sobre o movimento operário português e a Revolução Russa de 1917 [JOSÉ PACHECO PEREIRA 1971]	31
O marxismo na constituição ideológica e política do PCP [ANTÓNIO PEDRO PITA 1994]	45
Comunismo, antifascismo e intelectuais nos anos 30 [JOÃO ARSÉNIO NUNES 1999]	63
O PCP e a II Guerra Mundial [FERNANDO ROSAS 1983]	77
O Partido Comunista da «Reorganização» dos anos 40 ao 25 de Abril [ÁLVARO CUNHAL 1992]	103
A greve de 1943 no Barreiro: resistência e usos da memória [VANESSA ALMEIDA 2013]	135
Bolchevização, funcionários clandestinos e identidade no PCP [JOÃO MADEIRA 2004]	149
O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado [DAVID L. RABY 1982]	177
Comunidade, classes e colectivos no sul de Portugal (Couço, 1958-1962) [PAULA GODINHO 2001]	203

Filhos da clandestinidade [ANA MARGARIDA DE CARVALHO 1996]	221
Génese, estruturação e identidade do fenómeno maoista em Portugal (1964-1974) [MIGUEL CARDINA 2013]	235
O PCP e o processo de mobilização entre 1974 e 1976 [MARCO LISI 2007]	257
A «vertigem insurreccional»: teoria e política do PCP na viragem de Agosto de 1975 [FRANCISCO LOUÇÃ 1985]	285
Rumo à memória: epílogo [CARLOS GASPAR 1992]	303
A Cintura Vermelha de Lisboa: o PCP, a questão urbana e uma cidadania de oposição [ANA DRAGO 2019]	325
NOTAS	363
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	401
OS AUTORES	413

INTRODUÇÃO: CEM ANOS DE VIDA, CINQUENTA ANOS DE HISTÓRIA

[JOSÉ NEVES]

O Partido Comunista Português nasceu durante a I República Portuguesa, pouco mais de três anos após a ocorrência da Revolução Russa de Outubro de 1917, acontecimento que se repercutiu por todo o mundo. Eclodindo num país em que as relações capitalistas ainda se encontravam por consolidar plenamente, Outubro de 1917 tornou-se fonte de inspiração para o movimento operário e socialista em países como a Alemanha ou a França, mas também para colectivos militantes situados em zonas economicamente menos industrializadas. Por este efeito seria criada em 1919 a Federação Maximalista Portuguesa. Os seus membros declaravam-se bolchevistas e pretendiam (assim) maximizar o alcance da revolução que ambicionavam. A federação acabaria por ser extinta por imposição do governo da República no ano seguinte, mas as intenções que presidiram à sua criação redundariam, pouco tempo depois, na criação do PCP. Era o sexto dia de Março de 1921¹.

DA REPÚBLICA AO ANTIFASCISMO

Nos meses seguintes, o novo partido formalizou os seus primeiros contactos internacionais. Uma delegação de militantes do PCP participou no IV Congresso da Internacional Comunista (IC), que teve lugar em Moscovo nos finais de 1922. Um ano depois realizou-se em Lisboa, na Associação de Empregados de Escritório, o primeiro congresso do PCP. Entre os participantes, contava-se um delegado da Internacional Comunista, o suíço Jules Humbert-Droz, que nos deixou vivo testemunho da sua passagem por Portugal².

Nos primeiros anos de existência do PCP, evoluíam no seu seio sensibilidades que hoje reputaríamos diferenciadas, se não mesmo rivais. A construção de um partido de natureza bolchevique convivia com a persistência de uma sensibilidade de pendor anarquista, conforme sublinhou há largos anos o historiador João P.G. Quintela³. Esta diferença, que compreendia divergências de índole doutrinária e ideológica, podia igualmente implicar concepções relativamente contraditórias em matéria de organização e disciplina.

A questão da disciplina tornar-se-ia um assunto particularmente delicado ao longo da história do PCP. O seu segundo congresso realizou-se em Lisboa, por ocasião do golpe militar concretizado a 28 de Maio de 1926. O evento abriu caminho à ditadura do Estado Novo, regime enquanto tal plasmado na Constituição de 1933 e que perduraria até ao dia 25 de Abril de 1974. A ditadura instituiu um partido único e procurou dominar a oposição social, política e cultural, negando a liberdade sindical, associativa e partidária, fazendo uso da censura prévia e reprimindo violentamente, com recurso à prisão e à tortura, dispositivo e instrumento atemorizadores que muitos comunistas acabaram por conhecer na própria pele.

É certo que a durabilidade da ditadura não se compreende atendendo apenas à sua natureza repressiva, mas esta foi certamente decisiva na inviabilização das resistências republicana e reviralista, assim como na desagregação e enfraquecimento da cultura política anarquista ao longo da década de 1930. Contribuiu também para o insucesso das tentativas de reorganização do PCP levadas a cabo após a desmobilização provocada pelo já referido 28 de Maio de 1926⁴.

A mais relevante dessas tentativas de reorganização teve lugar em 1929. Seriam menos de 20, os militantes que para esse efeito então se reuniram em conferência, entre eles destacando-se a figura de um operário do Arsenal da Marinha e sindicalista, Bento Gonçalves. Sob liderança deste, que visitaria Moscovo ainda nesse ano, procurava-se incrementar o activismo sindical e formas de organização de massa, mas também construir uma organiza-

ção mais disciplinada, desiderato que se justificava duplamente: tratava-se de reconfigurar o PCP à imagem dos partidos da IC, subtraindo-o à influência do anarquismo, e de o tornar relativamente imune à repressão policial⁵.

Acerca deste segundo aspecto, não se pode dizer que a tentativa de reorganização de 1929 — que é também o ano da grande crise mundial do capitalismo — tenha sido bem-sucedida, pelo menos a médio prazo. Ao longo da década de 1930, que é também a de afirmação e fascização do regime tutelado pelo ditador António de Oliveira Salazar, por uma e outra vez a repressão policial fere com gravidade a estrutura directiva do PCP, impedindo que o colectivo adquira um mínimo de organicidade. No final da década de 1930, muitos dos principais militantes e dirigentes do PCP encontram-se presos. O próprio caso de Bento Gonçalves é paradigmático: encarcerado em 1930, recupera a liberdade três anos mais tarde, volta a perdê-la em 1935, sendo depois enviado para o campo de concentração do Tarrafal, onde vem a falecer no início dos anos 40⁶.

Quanto à inserção do PCP na rede internacional comunista, os anos 30 conhecem avanços, mas terminam em recuo. Em 1934, Francisco de Paula Oliveira Jr. (Pável), um operário que começara a trabalhar no Arsenal da Marinha aos 11 anos de idade, depois secretário-geral da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas, torna-se membro permanente do secretariado latino da IC. Vive em Moscovo cerca de três anos, mas já no final da década, e após regressar a Portugal, é também ele detido. Ainda que acabando por se evadir da prisão do Aljube, e por conseguir sair do país, Pável não chega a regressar a Moscovo, onde por esta altura se intensifica a perseguição estalinista a militantes e dirigentes suspeitos — entre outros atributos — de trotsquismo. Ao findar da década, a IC, descrendo da capacidade do PCP para se salvaguardar da vigilância policial, acabará mesmo por suspender as relações com os comunistas portugueses. Pável, esse, partirá exilado para o México, regressando a Portugal de visita, já depois de 1974⁷.

Ainda assim, os anos 30 marcaram de forma indelével a história do comunismo português. Porque foi nesta década que se desen-

volveu e apurou uma orientação política e uma cultura intelectual antifascistas. Esta evolução deu-se em sintonia com a viragem operada pela IC, a qual, abandonando a estratégia de classe contra classe, abria caminho à política das Frentes Populares no seu sétimo congresso, realizado em Moscovo em 1935 e no qual participaram Bento Gonçalves, Pável e, a nível das juventudes, Álvaro Cunhal. A política de unidade contra o fascismo tinha também antecedentes na própria trajetória do PCP. Ainda no período final da I República Portuguesa, os comunistas procuraram aproximar-se de sectores do regime situados mais à esquerda do espectro político, nomeadamente a chamada Esquerda Democrática⁸. E, como mostram os trabalhos do historiador João Arsénio Nunes, desde inícios da década de 1930 que se encontram, no pensamento de Bento Gonçalves, sinais de abertura a uma política de alianças de teor antifascista⁹. Também na frente cultural se reúnem indícios de semelhante disposição, patente em algumas intervenções de Bento de Jesus Caraça, ele que em início dos anos 30 participa do Núcleo de Intelectuais Simpatizantes do PCP¹⁰.

A REORGANIZAÇÃO DE 1940/41

À saída dos anos 30, a capacidade de a ditadura impedir a actividade do PCP era significativa. Durante a segunda metade da década, ao Tarrafal, iam aportando presos do 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande e da Revolta dos Marinheiros de Setembro de 1936. Nos anos da Guerra Civil de Espanha (1936-1939), embora o PCP tivesse atraído a si novos membros, a repressão não abrandaria. Os comunistas — embora também anarquistas e republicanos — chegavam em bom número ao campo de concentração situado na ilha de Santiago, em Cabo Verde.

Instituição paradigmática de uma vontade totalitária, o campo nem por isso consegue anular por completo a vida política. Os militantes comunistas formam aí a Organização Comunista Prisional do Tarrafal. Desalentam-lhes as notícias acerca do estado de fragilidade da organização do Partido e a suspensão a ele

aplicada pela IC; animam as perspectivas de libertação abertas pelas amnistias decretadas em função dos centenários de 1940. Conversando entre si, os comunistas presos no Tarrafal começam a aventar a possibilidade de empreender um novo processo de reorganização do PCP. É com esta missão no horizonte que, uma vez amnistiados, militantes como Pedro Soares, Sérgio Vilarigues ou Militão Ribeiro regressarão a Portugal.

Aos esforços reorganizativos de tarrafalistas como estes, juntar-se-ão os de Júlio Fogaça, por então igualmente devolvido à liberdade, e que reivindicava para si a condição de membro do secretariado do PCP à data da sua prisão de 1935. Já em 1941, também Álvaro Cunhal acabará por se integrar no grupo reorganizador. Num par de anos, estes e alguns outros militantes afastarão os dirigentes que no final dos anos 30 e início dos anos 40 asseguravam a direcção do Partido. Nomes como Velez Grilo, Vasco de Carvalho ou Cansado Gonçalves ficarão esquecidos na memória partidária¹¹.

O lema dos reorganizadores não será muito diferente do que presidira a anteriores esforços de reorganização: bolchevizar, isto é, apurar a prática conspirativa, evitando a repressão policial, e promover a acção continuada do Partido junto das massas, envolvendo-se em lutas parciais e de objectivos mais imediatos, evitando o isolamento político.

Quanto ao primeiro objectivo, a reorganização foi conseguida. Até ao fim da ditadura, o PCP sofreu inúmeras baixas ao nível da militância, fundamentalmente em resultado do encarceramento de membros seus. Mas a resistência comunista à pressão policial e à tortura frequentemente impediu o deslaçamento das redes de acção e propaganda que, cá fora, e ainda que na sombra, iam sendo tecidas por dirigentes, funcionários e militantes do PCP que operavam em determinados sectores da sociedade e em certas regiões do país. Ainda que com avanços e recuos, num percurso menos linear do que uma memória epopeica deixará entrever, podemos dizer que o PCP se manteve uma força continuamente actuante na vida social, cultural e política do país desde inícios dos anos 40 até à queda da ditadura.

Impulsionando de forma decisiva o êxito do processo de reorganização, desencadeado em finais do ano de 1940, estiveram alguns acontecimentos políticos de natureza económico-social ocorridos na primeira metade da década de 1940. No quadro da II Guerra Mundial, e dos problemas de emprego, salário e escassez que então afloram em Portugal, sucedem-se as greves e uma vaga de protesto popular e social. Nos meses e anos seguintes, a onda grevista que se avoluma no Outono de 1942 nos sectores operários da cidade e da região de Lisboa repetir-se-á, mesmo se com intensidade variável, em outras cidades do país, assim como nos campos, em paralelo com formas de protesto e acção que incluem assalto a armazéns e bens. Ainda que só em parte dirigidos pela estrutura do PCP, estes episódios de luta de classes como que atestam a pertinência da directriz segundo a qual seria necessário conciliar a exposição continuada do Partido aos movimentos de massas e a submersão do aparelho partidário na longa noite clandestina¹².

De resto, mas não menos importante, a situação internacional tomava agora um rumo de esperança. Se em final dos anos 30, com o desfecho da Guerra Civil de Espanha e o início da II Guerra Mundial, o espectro do nazi-fascismo pairava sobre a Europa, o crescente sucesso militar das forças aliadas surtia admiração e alento.

Contrariamente ao que à época foi vaticinado por algumas vozes, a vitória dos aliados na II Guerra Mundial não levou ao imediato desmoronamento do Estado Novo, aos olhos do qual os comunistas continuavam a ser uma ameaça à nação e um inimigo da ordem social, que como tal deveriam ser eliminados. Mas, após a sua contribuição decisiva para a derrota da Alemanha nazi, a URSS afirmava-se como um dos dois principais baluartes da nova ordem mundial, a qual acabaria também por reflectir a viragem pós-colonial que a independência da Índia e a proclamação da República Popular da China por então induziam.

Desde os anos do segundo pós-guerra que o discurso dos comunistas portugueses em matéria internacional convocará em seu respaldo a normatividade e os consensos que entendem se-

rem constituintes de uma nova ordem mundial. E, regressando o PCP ao convívio com os seus congéneres internacionais ainda nos anos 40, será já sob o signo da paz que militantes comunistas portugueses dinamizarão protestos contra a NATO e participarão nos grandes encontros internacionalistas promovidos pelas organizações juvenis ou pelas associações culturais afectas ao movimento comunista internacional e seus aliados. Como procurei argumentar em livro anterior de minha autoria, o internacionalismo dos comunistas portugueses era agora norteado por um desígnio pacifista de amizade entre os povos, mais do que por uma acepção do proletariado enquanto classe revolucionária universal¹³.

O desfecho da II Guerra Mundial teve ainda o condão de favorecer a promoção da unidade antifascista dentro de portas. A derrota do nazi-fascismo aumentou a pressão externa sobre a ditadura de Salazar, perturbou a estabilidade da base interna de apoio político ao regime e concitou o entusiasmo de outros grupos da oposição, dando aos comunistas o ensejo de participarem e dinamizarem movimentos unitários como o MUNAF (Movimento Nacional de Unidade Antifascista) ou, mais tarde, o MUD (Movimento de Unidade Democrática) e o MUD Juvenil — sem esquecer o envolvimento nas campanhas presidenciais de Norton de Matos em 1949 e de Humberto Delgado em 1958, assunto pioneiramente trabalhado pelo historiador David Raby¹⁴.

O papel desempenhado pelo PCP nestes processos de aliança e unidade não foi isento de tensões e conflito, mas, somado à sua implicação na luta de classes travada em zonas industriais e nos campos do sul e do Ribatejo, ao prestígio acumulado pelos comunistas ocidentais e soviéticos na resistência e guerra ao nazismo, bem como à influência cultural do movimento neo-realista, conferiu-lhe um protagonismo que não alcançara durante os primeiros 20 anos da sua existência.

Este protagonismo foi individualmente encarnado por duas figuras em particular: Júlio Fogaça e Álvaro Cunhal, que haviam aderido ao PCP sensivelmente na mesma altura, início dos anos 30. Fogaça era filho de uma família com propriedades e

rendimentos, da região do Cadaval, no extremo norte do distrito de Lisboa, onde nascera em 1907. Cunhal nascera seis anos depois em Coimbra, filho de um advogado republicano — como é sabido, ele mesmo cursará Direito, em Lisboa¹⁵.

Nos anos 30, em função das sucessivas detenções a que os principais dirigentes do Partido são então sujeitos, Fogaça e Cunhal ascendem rapidamente na hierarquia partidária, mas será a partir da reorganização de 1940/1941 que o papel de ambos — e as divergências entre eles — se tornará decisivo. Manifestas ainda em meados dos anos 40, tais divergências cristalizaram-se na contra-posição entre a tese do derrube pacífico da ditadura — preconizada por Fogaça e em boa medida associada à história do PCP na segunda metade dos anos 50, década que Cunhal vive por inteiro na prisão — e a via de uma revolução democrática e nacional, que será mais solidamente consagrada nos anos 60, quando, na sequência da célebre fuga da prisão de Peniche, Cunhal acaba por assumir a posição de secretário-geral, por ocupar desde o falecimento de Bento Gonçalves.

Corria então o ano de 1961, e as diferenças entre as estratégias pontificadas pelos dois militantes ganhavam contornos verdadeiramente fracturantes. Fogaça, detido pela PIDE ainda em 1960, acabará por ser expulso do PCP em 1961. Sairá da prisão apenas em 1970. Morre em 1980. Álvaro Cunhal afirma-se secretário-geral, mas, também, figura importante no movimento comunista internacional. Permanece secretário-geral do PCP até 1992, mantendo um papel relativamente importante na vida partidária ao longo da década seguinte.

A EMERGÊNCIA DA EXTREMA-ESQUERDA

O afastamento de Júlio Fogaça e a afirmação da liderança de Álvaro Cunhal nos anos 60 não significaram a completa pacificação da direcção comunista. Opondo-se a Fogaça, e ao que reputam como o seu «desvio de direita», Cunhal e os seus mais próximos ver-se-ão ainda assim confrontados, no decurso da primeira

metade dos anos 60, por uma crítica agora proveniente da sua esquerda. Uma crítica que, retrospectivamente, podemos considerar preliminar ao nascimento de uma extrema-esquerda portuguesa, na medida em que os seus protagonistas se orientarão para a construção de uma alternativa organizacional ao PCP — e já não simplesmente para uma tentativa de reorganização do PCP.

Protagonizada por um jovem funcionário que nascera em Moura em 1927 e aderira ao Partido no início dos anos 50, de seu nome Francisco Martins Rodrigues, a crítica advogava que os comunistas intervissem de maneira mais radical nos terrenos da luta de classes e da luta anticolonial. Causa e efeito da dissidência com o PCP que Martins Rodrigues efectivará em França, no decurso do ano de 1963, a crítica esquerdista não era dissociável de episódios como as manifestações do 1.º de Maio de 1962, nomeadamente a grande manifestação de Lisboa, e tão-pouco ignorava o dealbar da guerra colonial e das lutas de libertação. Também não era estranha ao conflito sino-soviético, tanto mais que Martins Rodrigues visitará a China e a Albânia em 1964. De resto, no seu processo de emergência e afirmação política, a extrema-esquerda portuguesa acabaria, na sua maioria, por perfilhar o maoísmo enquanto referência ideológica, tal como estudado pelo historiador Miguel Cardina¹⁶.

Além dos ensinamentos de Mao Tsé-tung, a afirmação da extrema-esquerda fez-se também acompanhar de um interesse renovado pela história do movimento operário português e pela própria história do PCP. Expressão de curiosidade intelectual pelo passado recente, este interesse cumpria uma função legitimadora importante, como se a oportunidade de erguer organizações partidárias concorrenciais ao PCP decorresse da leitura que se fazia da sua trajectória histórica. Em 1965, nas páginas da revista *Revolução Popular*, órgão do Comité Marxista-Leninista Português (CMLP), por si e outros criado na sequência da cisão com o PCP, Martins Rodrigues identificava e analisava recentes e antigas posições dos comunistas portugueses respeitantes à questão colonial e à luta de classes¹⁷. E já em finais dos anos 60, após regressar a Portugal e ser detido pela PIDE, o mesmo Martins

Rodrigues escreveria, a partir da prisão de Caxias, o documento «Elementos para a história do movimento operário português e do Partido Comunista». O texto circularia em contexto prisional e viria a ser publicado cá fora apenas nos anos 70, possivelmente ainda antes da queda da ditadura, sob a chancela clandestina das Edições José Gregório; já depois de Abril de 1974, seria republicado pelas Edições Militão Ribeiro¹⁸.

A influência de Martins Rodrigues junto dos militantes das organizações de extrema-esquerda que no início dos anos 70 se sucederam ao CMLP, organizações formadas por militantes mais jovens e em boa medida provenientes do meio estudantil universitário, ver-se-ia diminuída pela crise e desmoronamento do CMLP, mas o seu gesto de historicização do movimento operário e do PCP seria por eles repetido¹⁹. Em 1970, o Movimento Reorganizativo do Proletariado Português (MRPP), fundado por Arnaldo Matos e Fernando Rosas, entre outros, declarava no primeiro número do seu órgão teórico, o jornal *Bandeira Vermelha*, querer «compreender o processo de controlo pela pequena burguesia da direcção do PCP desde a sua fundação», de modo a assim «sintetizar a experiência para fortalecer a nossa teoria por forma a que ela seja um verdadeiro agente de transformação da realidade»²⁰. Os termos não eram em vários aspectos semelhantes aos de Martins Rodrigues, mas era-o a ideia de que, aparte um ou outro período, o PCP acabara por não revelar, na sua história, uma natureza revolucionária. Ideia que, de resto, seria de novo embandeirada nos anos de Abril, quando, na revista *O Tempo e o Modo*, à época hegemónizada pelo MRPP, se publicaria uma série de cinco artigos com o título «História do partido revisionista português»²¹.

Marcadas por interesses militantes e políticos imediatos, estas e outras incursões esquerdistas pela história do PCP nem por isso deixaram de constituir os rudimentos de uma futura atitude historiográfica. E, independentemente da maior ou menor validade que hoje reconhecemos às análises históricas que a extrema-esquerda por esses anos desenvolveu, cumpre nestas páginas destacar a importância que o seu olhar sobre o passado

comunista teve para a conceptualização do PCP como um objecto histórico.

Mesmo quando se tratava de empreender a análise de processos recentemente ocorridos, como o da cisão de Martins Rodrigues com o PCP, a separação entre o presente e o passado, entre o historiador e a história, era garantida com higiénica assertividade; ainda em 1970, na primeira de quatro partes do seu longo ensaio intitulado «À esquerda de Cunhal todos os gatos são pardos», o jovem João Bernardo, que havia cindido com a CMLP criando os Comités Comunistas Revolucionários, escrevia: «Preso em fins de 1965, e tendo traído na cadeia, o nome de Campos [pseudónimo de Martins Rodrigues] só interessa hoje à história do movimento revolucionário português. É porque essa história não pode ser feita sem um estudo atento e pormenorizado da sua obra que o seu nome e os seus escritos vão ser tantas vezes referidos.»²²

A HISTÓRIA DO PCP

É verdade que o PCP já antes havia sido tomado enquanto objecto de investigação. Na esfera do regime, nos anos 50, e no quadro da Legião Portuguesa, ensaiaram-se alguns estudos sobre a trajectória histórica do PCP, como assinalou o historiador João Madeira. Mas, do que se conhece, foi um esforço descontinuado — e o trabalho sobre o PCP produzido por Fernando Gouveia, um ex-inspector da PIDE muito dedicado a perseguir e violentar quadros comunistas, seria publicado já em 1979²³.

É também certo que, antes dos anos 70, o próprio PCP produziu breves histórias de si mesmo — por exemplo, em 1965, as Edições Avante! publicaram uma *História do Movimento Operário em Portugal (das Origens ao PCP)*, da provável autoria de José Magro²⁴. Mas até aos anos 70, quando alude ao seu passado, o PCP, em regra, fá-lo menos através de sínteses históricas elaboradas centralmente do que por via de registos memorialísticos dispersos e de índole variada: notícias do *Avante!* ou de *O Militante* assinalando uma dada efeméride histórica, algumas notas

biográficas acerca de um dirigente sob julgamento ou prisão, resoluções e programas de natureza congressual. Ainda que por estes registos perpassasse uma narrativa de sentido tendencialmente uno, tratava-se de uma memória difusa. (Procurarei interpelar o significado desta prática memorialística mais adiante).

Por isso, e sem prejuízo da necessidade de uma investigação mais aprofundada do que a que me leva a sustentar esta hipótese, sublinho a relevância dos anos 70 para a história do PCP. Foi esse o momento em que, a partir da extrema-esquerda, o PCP foi constituído não apenas como alvo de crítica política, mas também enquanto sujeito e motivo de interesse historiográfico, presumido como um objecto com identidade histórica própria e por desvelar.

Este gesto e prática de objectivação e desvelamento são tanto mais relevantes para a história do PCP na medida em que, poucos anos mais tarde, sensivelmente entre a segunda metade dos anos 70 e a primeira metade dos anos 80, parte dos militantes e intelectuais da extrema-esquerda encontram ocupação profissional na academia portuguesa, nas áreas disciplinares da história e das ciências sociais. À margem da universidade, no início dos anos 80, é lançado o boletim *Estudos sobre Comunismo*, promovido, entre outros, por José Pacheco Pereira e Fernando Rosas, mas desde esses anos a maior parte das investigações historiográficas de que o PCP tem sido alvo foram realizadas em meio académico²⁵. E, beneficiando da expansão académica do campo historiográfico português, a maior parte de tais investigações foi protagonizada e/ou supervisionada por historiadores cujo currículo cívico integra experiência militante em organizações ou grupos da extrema-esquerda²⁶.

Toda esta proximidade — que um analista mais pudico diria promíscua — entre a acção política e a escrita da história ajuda certamente a compreender o fragor polémico que, não raramente, pauta a discussão suscitada por uma dada investigação sobre o comunismo português. A intersecção entre militância política, de um lado, e prática historiográfica, do outro, parece terreno fértil para a elaboração de processos de intenção que facilmente redun-

dam no apontar de dedo às alegadas motivações ou preconceitos políticos deste ou daquele historiador — as investigações sobre o PCP produzidas por historiadores civicamente distantes do PCP tornam-se susceptíveis de ser lidas como depreciativas do passado comunista, enquanto os estudos sobre o PCP realizados pelos poucos historiadores afectos ao PCP são considerados suspeitos de propaganda partidária.

Ao organizar a antologia que o leitor tem nas suas mãos, o meu intuito não é encorajá-lo a averredar por este tipo de lógica, a meu ver demasiado simplificadora das possibilidades de interpretação dos textos que se encontram nas páginas que se seguem. As convicções ideológicas e morais de todos e cada um de nós, historiadores, não são certamente estranhas ao labor historiográfico que empreendemos. Mas as influências trocadas entre o mundo da política e o mundo da história podem ser mais recíprocas e menos lineares do que frequentemente se deduz²⁷. Convido o leitor, por isso, a melhor conhecer a história dos estudos sobre o PCP, mas também tomo a liberdade de sugerir que, na hora de apreciar os textos que em seguida se oferecem à leitura, se evitem atalhos maniqueístas.

Veja-se o primeiro texto que selecionei para integrar esta antologia, o estudo introdutório ao livro *Questões sobre o Movimento Operário Português e a Revolução Russa de 1917*. O estudo conclui apontando o dedo à «incipiente formação teórica e militância política» dos primeiros membros do PCP²⁸, mas o seu autor, o jovem José Pacheco Pereira, que em 1973 seria recrutado para outra organização maoista, o PCP (m-l), começava o seu trabalho por uma análise dos cruzamentos e conexões entre a dinâmica global e as especificidades nacionais à época de Outubro. Esboçava assim, pelo menos em parte, uma perspectiva analítica que o campo historiográfico só mais tarde viria a conceptualizar sob o epíteto de história transnacional²⁹.

De resto, relendo hoje alguns daqueles exercícios de história do movimento operário e de história do PCP que militantes e intelectuais da extrema-esquerda começaram a produzir nos anos 70, verifico que os mesmos, embora a coberto de uma postura

política ortodoxa (naturalizando a sua leitura do marxismo e do leninismo como a leitura correcta, tributando as restantes leituras como desvio, confusão ou até traição), se revestiam de qualidades intelectuais que os projectariam historiograficamente além da conjuntura militante da sua produção.

Pretendendo colocar em causa a verdade sobre o passado do movimento operário e do PCP tal como ela teria sido reificada pela tradição antifascista dominante, aqueles exercícios dirigiam-se, por exemplo, contra uma leitura do período da I República de que se ausentariam os conflitos sociais e a luta de classes. Contra estas ausências, fizeram caminho investigações como *As Lutas Operárias contra a Carestia de Vida em Portugal: A greve geral de Novembro de 1918*, de José Pacheco Pereira, igualmente publicada em 1971³⁰. Mais tarde, surgiram os trabalhos de Manuel Villaverde Cabral, ele que na Paris dos anos 60 igualmente navegara na órbita de Martins Rodrigues, e de Fernando Medeiros, o qual, juntamente com Cabral, iniciaria doutoramento na capital francesa também no começo dos anos 70³¹. Igualmente baseado em França, o historiador Carlos Fonseca, em 1973, publicaria «Le Origini del Partito Comunista Portoghese» numa revista italiana, do Centro Ligure di Storia Sociale³². Já em 1975, proveniente novamente do exílio francês, seria publicado em Portugal o livro *Introdução ao Marxismo em Portugal: 1850-1930*, no qual Alfredo Margarido dissidia de algumas perspectivas lançadas pelo historiador Victor de Sá sobre a recepção do marxismo em Portugal e, mais contundentemente, da biografia que o historiador Oliveira Marques havia dedicado, pouco antes, ao republicano Afonso Costa³³. Último exemplo: em 1976, as Edições Afrontamento publicariam *Para a História do Movimento Comunista em Portugal: A construção do Partido (1.º período 1919-1929)*, de João P.G. Quintela, um livro subsequente à *mémoire de maîtrise* que apresentara na Universidade de Paris-VIII (Vincennes)³⁴.

Apesar de terem um subtexto político militante, na medida em que deixavam sugerido que o comportamento que a direcção do PCP e os sectores moderados da oposição assumiam nos anos

60 e 70 seria congruente com a representação apaziguadora que faziam da luta de classes ao tempo da I República portuguesa, estes e outros exercícios de revisão da história do período republicano nem por isso deixariam posteriormente de se repercutir, mesmo se astuciosamente, em campos historiográficos de afinidade política muito distante da extrema-esquerda³⁵.

O PCP E A SUA HISTÓRIA

Quanto à postura do próprio PCP em relação à produção historiográfica de que tem sido alvo nas últimas décadas, ela não é redutível a uma caracterização simples, tanto mais que o que afirmarei em seguida carece igualmente do suporte de uma investigação mais aprofundada. É por isso em jeito de hipótese que proponho reconhecer duas atitudes na postura do PCP em relação à sua história: uma atitude activa, incrementada a partir dos anos 70, e uma atitude passiva, que o terá permeado ao longo de toda a sua história.

Começemos pela actividade do PCP no processo — a um tempo partilhado e conflitual — de construção da sua história. Com efeito, o PCP tem intervindo nesse processo polemizando, através de notas políticas ou nas suas publicações centrais, com esta ou aquela investigação historiográfica, mas também tem disponibilizado o acesso aberto a algumas fontes e editado documentos históricos de natureza interna³⁶. E, claro, tem também procurado fazer a história do PCP no formato para tanto mais habitual: a escrita de sínteses históricas, exercício a que se dedicou com maior frequência a partir dos anos 70.

Referi já, em páginas anteriores, o caso do texto provavelmente elaborado por José Magro em 1965: uma brevíssima síntese histórica da trajectória do PCP que, começando por manifestar admiração pelos estudos de Cunhal sobre as lutas de classes nos finais do século XIV e pelos trabalhos de Victor de Sá sobre o século XIX, se posicionava criticamente diante das visões da história do movimento operário e do sindicalismo elaboradas por Alexandre Vieira e Manuel Joaquim Sousa, estes de inclinação anarquista e anarco-

-sindicalista³⁷. Mas é a partir dos anos 70 que encontramos mais sinais de uma maior dedicação dos comunistas portugueses à escrita da sua própria história.

Assim, em 1971, pelos 50 anos de vida do PCP, o então secretário-geral Álvaro Cunhal publica na *Revista Internacional (Problemas da Paz e do Socialismo)* um artigo que será editado em Portugal já em 1975, pelas Edições Avante!, com o título *Algumas Experiências de 50 Anos de Luta do PCP*³⁸. No mesmo ano de 1971, o Comité Local de Lisboa do PCP publica a brochura *Partido Comunista Português: Breve história. 54 anos de Luta* («54» corresponde provavelmente a uma gralha de impressão)³⁹. Em 1973, por iniciativa de Virgínia Moura e António Lobão Vital, membros do PCP, é publicado, com o título *Palavras Necessárias: A vida proletária em Portugal de 1872 a 1927*, um texto de Bento Gonçalves cujo rasto em parte se perdera e que Moura e Lobão Vital encontram, fortuitamente, na montra de uma livraria parisiense⁴⁰. E já em liberdade, por ocasião do congresso extraordinário de Outubro de 1974, num momento em que o passado de resistência e clandestinidade se constituía um motivo para o PCP granjear o apoio popular, é publicado *Meio Século de Luta do Partido Comunista Português: Breves apontamentos*⁴¹.

Mais tarde, em 1981/1982, pelo 60.º aniversário do PCP, surge o primeiro grande livro de síntese (e amplamente ilustrado) que o Partido dedica à sua história: *PCP: 60 Anos de ao serviço do povo e da pátria*. Já em 2021, no mais redondo dos aniversários, surge, em formato semelhante, o título *100 Anos de Luta ao Serviço do Povo e da Pátria, pela Democracia e o Socialismo*⁴². O texto de Álvaro Cunhal que nesta antologia se publica, datado de 1992, quando ainda era secretário-geral do PCP (no final desse mesmo ano viria a ser substituído pelo economista Carlos Carvalhas), pode ser visto nesta sequência, conquanto responda a um convite que lhe foi então dirigido pela Universidade Nova de Lisboa, nomeadamente por Oliveira Marques, a fim de participar numa iniciativa organizada por Fernando Rosas, no quadro do curso de Mestrado de História do Século XX da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Estas e outras sínteses históricas elaboradas pelo PCP e na sua órbita correspondem, no entanto, apenas a uma parte da questão. A esta atitude activa soma-se uma outra de índole mais passiva, mas nem por isso menos sugestiva. Com efeito, e como declaram quase todos os historiadores que se interessam pela história do PCP, a atitude do Partido em relação ao estudo do seu passado é, frequentemente, de ausência e falta de comparência. Aliás, o polemismo em torno da história do PCP não decorre apenas de desentendimentos provocados pela tentativa de elucidação da verdade de um dado acontecimento, período ou processo histórico. Muitas vezes, a controvérsia revolve em torno da resistência do PCP à investigação historiográfica e à reflexão histórica. Esta resistência é sugerida por vários indícios, o mais notório dos quais sendo a política do PCP em matéria de acesso aos arquivos, que foi e é motivo de frequente lamento e crítica por parte de vários historiadores; outro indício seria a escassez de memórias e registos autobiográficos por parte dos principais dirigentes do PCP.

Frequentemente entendida como sendo o efeito de uma cultura secretista, quando não de uma inclinação autoritária para o controlo do acesso à informação, gostava de propor que aquela resistência pudesse ser igualmente perspectivada de um outro ângulo. Mais não fosse por experiência própria, compreendo o desejo do historiador em penetrar no arquivo histórico do PCP, mas talvez importe recordar que nem todos os documentos e nem todas as vidas nasceram e existem com o intuito de se tornar matéria-prima para ser usada pelo historiador na sua oficina⁴³. Por isso, se a política do PCP em relação aos seus arquivos e a antipatia de muitos dos seus principais dirigentes — desde logo, Álvaro Cunhal — em relação à escrita de memórias podem ser entendidas como sinal de fechamento, será também de conjecturar acerca de uma possível heterogeneidade do PCP em relação aos preceitos do campo historiográfico. Concretizando: aquilo que, do ponto de vista de muitos historiadores, é demonstração da persistência de uma cultura de clandestinidade e opacidade, pode ser também entendido como sinal de formas de vida alheias ao interesse do historiador e à objectificação historiográfica; para um historiador, documentos

partidários dos anos 40 ou do PREC são elementos de um passado por investigar; para o PCP, esses mesmos documentos podem ser parte do seu presente; para um historiador, a recusa de dirigentes comunistas em enveredarem na autobiografia é um desperdício de experiência e uma lacuna a nível de fontes, mas para esses dirigentes essa recusa pode não ser mais do que a forma de discretamente contribuírem para um *ethos* comum e colectivista.

Ou seja, e em suma: ainda que intervenha no debate historiográfico, polemizando com outros ou escrevendo a sua própria história, o PCP não se obriga a relacionar-se com o seu passado através da mediação objectivante que o protocolo científico e académico da historiografia institui. E mantém com a sua história uma relação memorialística em que o passado se entretence com o presente, como se a sua trajectória de ontem fosse um elemento constituinte do seu actual ser partidário — e como se fosse impossível traçarmos uma linha que categoricamente determine onde começa aquela e acaba este. A resistência do PCP em tornar-se um objecto da investigação historiográfica deve ser igualmente compreendida como o exercício de uma entre outras modalidades de relacionamento humano com o tempo.

De resto, e como tem sido feito em alguns casos, é possível proceder a investigações que aprofundem o nosso conhecimento sobre os passados comunistas e que igualmente se debruçam sobre as formas de relação que os comunistas estabelecem com esses passados⁴⁴.

UMA ANTOLOGIA DA HISTÓRIA DO PCP

E assim chegamos ao fim desta introdução e ao início desta antologia, que tem um objectivo duplo: dar a conhecer determinados períodos, acontecimentos e temas da história do PCP e, ao mesmo tempo, expor o leitor à diversidade de olhares e perspectivas que essa história foi provocando e que a foram configurando.

A data da publicação original do primeiro trabalho que escolhi para integrar este volume é de 1971 e a do último é de 2019.

À altura da publicação original dos textos, os seus autores eram historiadores de profissão, mas também filósofos, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, jornalistas e até dirigentes partidários. Não incluí na antologia qualquer texto confessadamente autobiográfico — mesmo se alguns militantes e ex-militantes comunistas produziram memórias de vida com inegável interesse historiográfico, em regra são demasiado extensos para os efeitos desta antologia⁴⁵.

A sequência por que ordenei os textos obedece, em larga medida, a uma ordem cronológica determinada pelo período sobre o qual versam — e não pelo momento em que foram escritos. Em contrapartida, precedi cada texto de uma nota preambular de minha autoria, que visa contextualizar a publicação original do mesmo, considerando aspectos como a data da sua publicação, o seu suporte editorial ou, ainda, o seu posicionamento relativo — tal como o identifico — no estado geral da bibliografia em torno da matéria investigada. O leitor é soberano para estabelecer a ordem de leitura que melhor entender e para dispensar os meus brevíssimos preâmbulos.

As escolhas que determinaram esta antologia são da minha inteira responsabilidade, obedecendo ao duplo propósito que acima enunciei. Há certamente autores e trabalhos cuja ausência é evidente, pelo menos para quem conhece a bibliografia sobre o PCP. A economia editorial assim o obrigou. E há também problemas e temáticas cuja ausência ressalta à vista desarmada, neste caso por duas razões principais.

Em primeiro lugar, porque, sendo obrigado a proceder a exclusões, optei por incluir textos que, preferencialmente, contribuem para uma história política do PCP. Uma antologia subordinada ao desígnio de uma história cultural do PCP teria necessariamente outra composição, beneficiando dos vários estudos existentes sobre o movimento neo-realista. Uma antologia centrada na história social do PCP produziria igualmente outro índice — embora, e desde logo, um índice bem mais reduzido.

A minha opção pela história política é certamente criticável. Acentua o desinvestimento historiográfico na história social.

E enfatiza alguns efeitos perniciosos da já referida intersecção entre a agenda militante e a agenda historiográfica. Por exemplo, tanto o discurso dos actores partidários em momentos de impulso à reorganização do PCP como a análise historiográfica sobre o PCP são fortemente marcados por um complexo, o de um alegado «atraso» no processo de maturação ideológica e doutrinária do comunismo português; para os comunistas reorganizadores, o nível de bolchevização está sempre aquém do desejável, para os historiadores do comunismo, o marxismo português viu-se amiúde corroído pela persistência de vestígios anarquistas ou diluído numa cultura republicana mais ou menos radicalizada⁴⁶.

Em segundo lugar, há problemas e temáticas que estão ausentes desta antologia simplesmente porque estão pouco estudados. Escasseiam investigações aprofundadas sobre as relações do PCP com o PCUS. Parte da documentação em torno do PCP existente nos arquivos do Partido Comunista Francês está também ainda por investigar aprofundadamente. A história da ARA (Acção Revolucionária Armada) conta com depoimentos e testemunhos importantes, mas carece de uma investigação historiográfica a si especificamente dedicada. O mesmo pode ser dito a respeito do papel das mulheres na oposição, apesar de alguns trabalhos pioneiros⁴⁷. A história do anticomunismo, do seu lugar no discurso estado-novista à violência contra o PCP no PREC, tem sido a florada em estudos de caso importantes, mas que convidam a um trabalho de fundo⁴⁸. A relação com movimentos e partidos como o MPLA (Angola) ou o PAIGC (Guiné-Bissau e Cabo Verde) está também por inquirir, apesar de existir já um manancial de análises variadas e divergentes acerca da questão colonial no PCP⁴⁹.

Mas, tão ou mais assinalável do que a ausência nesta antologia de certos temas e problemas, é a menor atenção aqui devotada a alguns períodos. Neste caso, e de novo, a culpa não é inteiramente do organizador da antologia. A maior parte dos estudos até hoje dedicados ao PCP incide fundamentalmente sobre o período que vai da década de 1930 até 25 de Abril de 1974. E se para a década de 1920 e para a época do PREC é possível, ainda assim, reunir

investigações relevantes, a história do PCP nas últimas quatro décadas tem sido pouco frequentada⁵⁰. Apesar de abundarem fontes, escasseiam estudos.

Enfim, são muitos os desafios que se colocam a novos investigadores que se queiram embrenhar nos estudos sobre o comunismo em Portugal, para nem falarmos nas possibilidades de revisão interpretativa dos temas, problemas, períodos e figuras do passado comunista que já hoje se encontram estudados. Foi também a pensar nessas futuras investigações que idealizei esta antologia.^A

^A Gostaria de agradecer a confiança dos autores, que gentilmente me entregaram a edição dos seus textos nesta antologia, sendo que um agradecimento especial é devido à família de Álvaro Cunhal pela autorização para incluir um texto de sua autoria. O que nesta introdução se escreve (e também o que se diz nas notas que, em jeito preambular, fiz precederem cada um dos textos) é demérito exclusivamente meu. Agradeço também às revistas e editoras que primeiro publicaram estes textos. Por fim, agradeço os esclarecimentos prestados por Fernando Rosas e José Pacheco Pereira acerca de algumas dúvidas que me foram assaltando durante a concretização desta iniciativa editorial. Agradeço ainda, penhoradamente, as leitoras prévias a que Frederico Ágoas, Inês Hugon, João Arsénio Nunes e Miguel Cardina submeteram esta introdução.

NOTA SOBRE A EDIÇÃO DE TEXTO

Mantivemos os textos tal como originalmente publicados, excepção feita à correcção de gralhas ou erros de natureza mais objectiva, frequentemente originados pela natureza tipográfica das versões originais, e a um número muito reduzido de alterações de natureza literária, que, juntamente com os respectivos autores, entendemos não prejudicarem a autenticidade da natureza antológica do presente volume. Procedeu-se ainda a algumas uniformizações tipográficas e de utilização de siglas. Excluímos desta antologia material anexo à versão original de alguns dos artigos, por razões de dimensão. Mantivemos o sistema de referência bibliográfica originalmente utilizado em cada texto.

PCP 1921-2021

UMA ANTOLOGIA

**PARTIDO
COMUNISTA
PORTUGUÊS
1921-2021
UMA ANTOLOGIA**

COMPOSTO EM CARACTERES
MINION E POPPINS E IMPRESSO
PELA RAINHO & NEVES, SOBRE
PAPEL CORAL BOOK DE 80 G,
NO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.